

Intervenção do Embaixador da Dinamarca por ocasião da Cerimónia de Encerramento da Reunião de Planificação 2012 – 29 de Outubro, 2012

S. Exa. Senhores Ministro da Planificação e Desenvolvimento

S. Exa. Senhores Embaixadores e Chefes de Cooperação

Exmos Senhores Directores Nacionais

Caros convidados

Marcamos hoje o fim de um dos mais importantes momentos de cooperação e diálogo entre o Governo e os Parceiros de Apoio Programático.

A Reunião de Planificação reveste-se de particular importância pelo facto de ser o momento em que para além de se fazer uma revista sobre os progressos registados até ao momento, são selados os compromissos das acções que cada uma das partes assume que vai levar a cabo no próximo ano, no contexto desta importante parceria. Por outras palavras, acordamos sobre o que o Governo irá fazer para o alcance do objectivo da parceria - que é de combate à pobreza - e o que os parceiros farão de forma a melhorar a eficácia da ajuda.

A **luta contra a corrupção** é de interesse primordial dos parceiros de apoio programático. Por essa razão, notamos com satisfação a aprovação de três leis importantes, nomeadamente, sobre o reforço do Gabinete Central de Combate à Corrupção, a Lei de Protecção de Testemunhas e a Lei da Proibição Pública. Agora o grande desafio é a implementação dessas leis. Nesse sentido, pensamos que se deve avançar na criação de condições para a implementação destas leis. Não há necessidade de esperar a aprovação de todo o pacote.

No entanto, enquanto são criadas as condições para a implementação das leis ora aprovadas, pensamos que as leis existentes permitem desenvolver acções concretas em matéria de prevenção e combate à corrupção. A Administração

da Função Pública tem um papel fundamental na prevenção enquanto que na parte punitiva, o sistema judicial tem a responsabilidade principal.

Moçambique tem, nos últimos anos, observado um crescimento económico a taxas bastante elevadas, contribuindo para tal - de forma significativa - o sector extractivo. Neste momento, o desafio reside em fazer com que esse **crescimento** seja **inclusivo**.

Para o efeito, é importante que as **Pequenas e Médias Empresas** tenham um maior espaço para se desenvolverem. Para que estas empresas se desenvolvam, é crucial a existência dum bom ambiente de negócios.

Só com um bom **ambiente de negócios** será possível criar postos de trabalho e oportunidades pelo auto-emprego numa escala suficiente para ir ao encontro das expectativas dos Moçambicanos.

Em relação a isto, preocupa-nos o contínuo recuo de Moçambique nos rankings internacionais relacionados com a matéria, nomeadamente, o **Doing Business** e **índice de competitividade** do Fórum Económico Mundial.

Nesses índices, o problema de corrupção, burocracia, falta de infra-estruturas, dificuldade no acesso ao crédito figuram como os constrangimentos mais importantes para o desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas.

Temos a convicção de que seja bastante importante que Moçambique implemente cada vez mais acções com vista à criação de um ambiente mais favorável para a instalação e desenvolvimento de empresas.

Acreditamos que um melhor ambiente de negócios permitiria a realização de mais e melhores investimentos (nacionais e estrangeiros), o que teria consequências bastante positivas para o alívio da população à pobreza.

Outra importante área de diálogo entre os Parceiros de Cooperação e o Governo tem a ver com a **gestão dos Recursos Naturais**. Notamos com bastante satisfação que Moçambique está a dar passos importantes na matéria

de transparência da **indústria extractiva**. A semana passada Moambique foi aceite como membro pleno da Iniciativa de Transparência da Industria Extractiva. Queremos endereçar os nossos parabéns ao governo por estes avanços notáveis. Ainda assim, pensamos que parte do caminho está por ser percorrida.

É nossa opinião que seja importante a ampliação da agenda de transparência na gestão de recursos naturais e na indústria extractiva no quadro da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva, entre outros, através da publicação dos contratos de exploração.

É igualmente importante o reforço, num futuro próximo, das capacidades das instituições relevantes para a realização da monitoria da adesão às práticas internacionais mais eficazes.

O processo - que temos conhecimento estar em curso - de elaboração das Leis de Petróleos e Minas é seguramente uma soberana oportunidade para que aspectos que concorrem para uma maior transparência, como os anteriormente mencionados, sejam prescritos em diploma legal.

A transparência na **indústria extractiva**, apesar de essencial, não garante o seu aproveitamento pela maioria da população moçambicana. Aliás, como concluiu a presente Reunião de Planificação, os projectos de grande dimensão absorvem uma parte limitada de mão-de-obra a nível nacional.

Desse modo, acreditamos que a criação de condições para o estabelecimento de ligações mais efectivas, através de políticas e medidas concretas que induzam estas ligações económicas, entre o sector extractivo e o resto da economia seja bastante importante.

Apesar do grande interesse manifestado, parece-nos importante que o Governo não se precipite no processo de **licenciamento de novas concessões** para a exploração de recurso, até que a legislação em preparação seja devidamente aprovada.

Em relação à verificação dos progressos registados até ao momento, uma vez mais, ficou clara a pertinência da existência de um sistema de **monitoria do Plano de Acção para a Redução da Pobreza**. Só com esse sistema em funcionamento nos poderemos assegurar, numa base mais regular, sobre o rumo que estamos seguindo em relação ao objectivo da nossa parceria que, como mencionei, é o combate à pobreza.

Esperamos, portanto, que maiores esforços sejam desenvolvidos para que na Revisão Anual 2013 nos possamos orgulhar dos resultados que viermos a alcançar.

Muito obrigado